



PREJULGADO DE TESE Nº 017, de 25 de setembro de 2014.


RESOLUÇÃO Nº 11.611

Processo nº 201413752-00

EMENTA: CONSULTA. C. M. DE VISEU. QUAL O LIMITE A SER FIXADO PARA SUBSÍDIOS DO PRESIDENTE; SE A CÂMARA PODE EDITAR RESOLUÇÃO RETIFICADORA DA RESOLUÇÃO Nº 003/12, FIXADO EM PARCELA ÚNICA O SUBSÍDIO DO PRESIDENTE PARA O RESTANTE DO QUADRIÊNIO; E, SE OS VALORES JÁ PAGOS AO PRESIDENTE PODEM SER RATIFICADOS PELA RESOLUÇÃO RETIFICADORA. PELA APROVAÇÃO. CONVERSÃO DA RESPOSTA À CONSULTA EM INSTRUÇÃO NORMATIVA, NOS TERMOS DO REGIMENTO INTERNO DO TCM.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos que tratam de **CONSULTA**, formulada em tese, por autoridade competente, acordam os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, **à unanimidade**, em aprovar a resposta à Consulta, nos termos da Ata da Sessão e do Relatório e Voto do Conselheiro Relator às **fls. 14-21** e nos termos da Resolução prolatada, que passa a integrar esta decisão. Conversão da resposta à Consulta, em Instrução Normativa, para vinculação e orientação ampla, nos termos do Regimento Interno.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em **25 de setembro de 2014**.


Conselheiro **José Carlos Araújo**
Presidente da Sessão


Conselheiro **Daniel Lavareda**
Relator

Presentes: Conselheiros, Aloísio Chaves, Mara Lúcia, Cezar Colares, Antonio José, Sérgio Leão e a Procuradora Maria Regina Cunha.

da prestação de contas da Senhora **ESTELA HELENA BACELLAR CRUZ**, Presidente da SOCIEDADE BENEFICENTE E COOPERATIVISTA CRISTO REDENTOR, referente a recursos recebidos através do Convênio nº 008/2012 (fls. 227/231), celebrado com a Prefeitura Municipal de Belém, através da Fundação Papa João XXIII - FUNPAPA, em forma de subvenção social, objetivando "atender 100 adolescentes com idades entre 15 e 17 anos residentes no bairro da Cabanagem e suas respectivas famílias, criando mecanismos para garantir a convivência familiar e comunitária e criar condições para a inserção, reinserção e permanência do jovem no sistema educacional", acordam os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, por votação unânime, nos termos da ata da sessão e do relatório e voto da Conselheira Relatora às fls. 305/307.

Decisão: Considerar regulares as contas prestadas e autorizar a expedição do Alvará de Quitação em favor de **ESTELA HELENA BACELLAR CRUZ**, relativamente ao emprego da importância de R\$ 55.275,00 (cinquenta e cinco mil, duzentos e setenta e cinco reais), recebidos da Prefeitura Municipal de Belém, através da Fundação Papa João XXIII - FUNPAPA.

ACÓRDÃO Nº 25.674, DE 30/09/2014
PROCESSO Nº 201106863-00/201008673-00
Assunto: Prestação de Contas de Convênio
Órgão: Instituto de Qualificação e Proteção Social da Amazônia - IQPAM
Responsável: Ioneli Pena Azevedo

RELATORA: Conselheira Mara Lúcia
EMENTA: PRESTAÇÃO DE CONTAS. RECURSOS RECEBIDOS ATRAVÉS DE CONVÊNIO. EXPEDIÇÃO DE ALVARÁ DE QUITAÇÃO. Vistos, relatados e discutidos os presentes autos que tratam da prestação de contas da Senhora **IONELI PENA AZEVEDO**, Presidente do INSTITUTO DE QUALIFICAÇÃO E PROTEÇÃO SOCIAL DA AMAZÔNIA - IQPAM, referente a recursos recebidos através do Convênio nº 005/2010, celebrado com a Prefeitura Municipal de Belém, através do Gabinete do Prefeito, em forma de subvenção social, objetivando "custear o Projeto EMPREENDEDORISMO E CIDADANIA - Esse é o nosso foco, "Proporcionar espaço para desenvolvimento de potencialidades de crianças, adolescentes, jovens e adultos objetivando contribuir para a formação cidadã de famílias impulsionando a melhoria da sua condição de vida com ações voltadas ao empreendedorismo/ geração de renda, inserção no mercado de trabalho através da qualificação profissional, sucesso escolar e formação básica de crianças e adolescentes, assim como a saúde física e mental de adultos e pessoas idosas", acordam os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, por votação unânime, nos termos da ata da sessão e do relatório e voto da Conselheira Relatora às fls. 187/190.

Decisão: Considerar regulares as contas prestadas e autorizar a expedição do Alvará de Quitação em favor de **IONELI PENA AZEVEDO**, relativamente ao emprego da importância de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais), recebidos da Prefeitura Municipal de Belém, através do Gabinete do Prefeito.

ACÓRDÃO Nº 25.675, DE 30/09/2014
PROCESSO Nº 200900841-00
Assunto: Prestação de Contas de Convênio
Órgão: Associação Fazenda Embrião
Responsável: Nelcy Maranhão Campos - Presidente

RELATORA: Conselheira Mara Lúcia
EMENTA: PRESTAÇÃO DE CONTAS. RECURSOS RECEBIDOS ATRAVÉS DE CONVÊNIO. EXPEDIÇÃO DE ALVARÁ DE QUITAÇÃO. Vistos, relatados e discutidos os presentes autos que tratam da prestação de contas da Senhora **NELCY MARANHÃO CAMPOS**, Presidente da ASSOCIAÇÃO FAZENDA EMBRIÃO, referente a recursos recebidos através do Convênio nº 001/2008, celebrado com a Prefeitura Municipal de Castanhal, através da Secretaria Municipal de Assistência Social, em forma de subvenção social, objetivando "conceder recursos financeiros a CONVENIADA para Ajuda de custo com alimentação dos adolescentes, toxicodependentes e alcoolistas que estão em tratamento na instituição", acordam os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, por votação unânime, nos termos da ata da sessão e do relatório e voto da Conselheira Relatora às fls. 377/379.

Decisão: Considerar regulares as contas prestadas e autorizar a expedição do Alvará de Quitação em favor de **NELCY MARANHÃO**

CAMPOS, relativamente ao emprego da importância de R\$ 22.000,00 (vinte e dois mil reais), recebidos da Prefeitura Municipal de Castanhal, através da Secretaria Municipal de Assistência Social.

ACÓRDÃO Nº 25.676, DE 30/09/2014
PROCESSO Nº 200900621-00

Assunto: Prestação de Contas de Convênio
Órgão: Associação das Damas da Fraternidade
Responsável: Dirce Luci Pereira - Presidente
Relatora: Conselheira Mara Lúcia

EMENTA: PRESTAÇÃO DE CONTAS. RECURSOS RECEBIDOS ATRAVÉS DE CONVÊNIO. EXPEDIÇÃO DE ALVARÁ DE QUITAÇÃO. Vistos, relatados e discutidos os presentes autos que tratam da prestação de contas da Senhora **DIRCE LUCI PEREIRA**, Presidente da ASSOCIAÇÃO DAS DAMAS DA FRATERNIDADE, referente a recursos recebidos através do Convênio nº 002/2008, celebrado com a Prefeitura Municipal de Castanhal, através da Secretaria Municipal de Assistência Social, em forma de subvenção social, objetivando "conceder recursos financeiros a CONVENIADA para aquisição de medicamentos, material de consumo e alimentos destinados aos idosos que estão sob seus cuidados, proporcionando a estes melhor qualidade de vida", acordam os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, por votação unânime, nos termos da ata da sessão e do relatório e voto da Conselheira Relatora às fls. 122/125.

Decisão: Considerar regulares as contas prestadas e autorizar a expedição do Alvará de Quitação em favor de **DIRCE LUCI PEREIRA**, relativamente ao emprego da importância de R\$ 16.500,00 (dezesseis mil e quinhentos reais), recebidos da Prefeitura Municipal de Castanhal, através da Secretaria Municipal de Assistência Social.

ACÓRDÃO Nº 25.701, DE 02/10/2014
PROCESSO Nº 104232010-00

Classe: Prestação de Contas
Procedência: Fundo Municipal de Saúde de Aveiro 2010
Interessados: Maria Gorete Dantas Xavier (01.01 à 23.08.2010) e Manoel Pereira de Oliveira (24.08 à 31.12.2010)
Relatora: Conselheira Mara Lúcia

EMENTA: PRESTAÇÃO DE CONTAS. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE AVEIRO. SOBRE A GESTORA MARIA GORETE DANTAS XAVIER PESAM AS FALHAS DE NÃO REPASSE DA TOTALIDADE DAS CONTRIBUIÇÕES RETIDAS DOS SERVIDORES; INCORRETA APROPRIAÇÃO E RECOLHIMENTO DAS OBRIGAÇÕES PATRONAIS; REMESSA INTEMPESTIVA DA PRESTAÇÃO DE CONTAS; SOBRE O GESTOR MANOEL PEREIRA DE OLIVEIRA PESAM AS FALHAS DE REMESSA INTEMPESTIVA DA PRESTAÇÃO DE CONTAS; NÃO ENVIO DO PARECER DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE; NÃO REPASSE DA TOTALIDADE DAS CONTRIBUIÇÕES RETIDAS DOS SERVIDORES; INCORRETA APROPRIAÇÃO E RECOLHIMENTO DAS OBRIGAÇÕES PATRONAIS E DESCUMPRIMENTO DA EC Nº 29/2008 DADA A APLICAÇÃO PELO FMS DE AÉREAS, 14,13% DOS RECURSOS PRÓPRIOS. CONTA DA GESTORA MARIA GORETE DANTAS XAVIER JULGADA REGULARES COM RESSALVA E DO GESTOR MANOEL PEREIRA DE OLIVEIRA JULGADAS IRREGULARES.
I - Contas prestadas pela Sra. Maria Gorete Dantas Xavier (01.01 à 23.08.2010), consideradas regulares com ressalvas.
II - Contas prestadas pelo Sr. Manoel Pereira de Oliveira (24.08 à 31.12.2010), consideradas irregulares.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, que tratam da prestação de contas dos Senhores Maria Gorete Dantas Xavier (01.01 à 23.08.2010) e Manoel Pereira de Oliveira (24.08 à 31.12.2010), como ordenadores de despesas do Fundo Municipal de Saúde de Aveiro, no exercício financeiro de 2010, acordam os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, nos termos da ata da sessão e do relatório e voto da Conselheira Relatora às fls. 433/438, aprovadas por votação unânime.

Decisão: Considerar regulares com ressalvas as contas de Maria Gorete Dantas Xavier, devendo ser expedido Alvará de Quitação, no montante de R\$-3.663.211,70 (três milhões, seiscentos e sessenta e três mil, duzentos e onze reais e setenta e sete centavos) após o recolhimento das multas constantes no relatório e voto e considerar irregulares as contas prestadas por Manoel Pereira de Oliveira, a qual deverá recolher aos cofres públicos, as multas atualizadas.

PREJULGADO DE TESE Nº 017, DE 25 DE SETEMBRO DE 2014.
RESOLUÇÃO Nº 11.611

Processo nº 201413752-00
EMENTA: CONSULTA. C. M. DE VISEU. QUAL O LIMITE A SER FIXADO PARA SUBSÍDIOS DO PRESIDENTE; SE A CÂMARA PODE EDITAR RESOLUÇÃO RETIFICADORA DA Resolução nº 003/12, FIXADO EM PARCELA ÚNICA O SUBSÍDIO DO PRESIDENTE PARA O RESTANTE DO QUADRÊNIO; E, SE OS VALORES JÁ PAGOS AO PRESIDENTE PODEM SER RATIFICADOS PELA RESOLUÇÃO RETIFICADORA. PELA APROVAÇÃO. CONVERSÃO DA RESPOSTA À CONSULTA EM INSTRUÇÃO NORMATIVA, NOS TERMOS DO REGIMENTO INTERNO DO TCM.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos que tratam de CONSULTA, formulada em tese, por autoridade competente, acordam os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, à unanimidade.
Decisão: em aprovar a resposta à Consulta, nos termos da Ata da Sessão e do Relatório e Voto do Conselheiro Relator às fls. 14-21 e nos termos da Resolução prolatada, que passa a integrar esta decisão. Conversão da resposta à Consulta, em Instrução Normativa, para vinculação e orientação ampla, nos termos do Regimento Interno.

PREJULGADO DE TESE Nº 018, DE 16 DE SETEMBRO DE 2014.
RESOLUÇÃO Nº 11.601

Processo nº 201407795-00
EMENTA: CONSULTA. PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DO XINGU. COMPETÊNCIA PARA PROPOSIÇÃO NORMATIVA QUE DISPONHA SOBRE ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DE CÂMARAS MUNICIPAIS. COMPETÊNCIA NORMATIVA PARA FIXAÇÃO OU ALTERAÇÃO DE REMUNERAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS. APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA INDEPENDÊNCIA E HARMONIA DOS PODERES. PRINCÍPIO DA SIMETRIA DAS ESFERAS FEDERATIVAS. INCIDÊNCIA DOS ARTIGOS 48, X; 37, X E 29, VI TODOS DA CF/88. Apreciação com base no ART. 299, § 2º, DO REGIMENTO INTERNO DO TCM (ATO Nº 16/2013). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos que tratam de CONSULTA, formulada por autoridade competente, em caso concreto e respondida nos termos da Art. 299, §2º, do RI/TCM (Ato nº 16/2013), acordam os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, à unanimidade.
Decisão: em aprovar a resposta à CONSULTA, nos termos da Ata da Sessão, do Relatório e Voto da Conselheira Relatora e da Resolução prolatada às fls. 14-22 dos autos, que passam a integrar esta decisão. Por força do previsto no Art. 302, do RI/TCM/PA a presente decisão constitui-se em PREJULGADO DE TESE.

PAUTA DE JULGAMENTO
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 761296
O Secretário Geral do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará comunica aos interessados que o Egrégio Plenário desta Corte julgará, na sessão a ser realizada no dia **28/10/2014**, às 9 horas, em sua sede, os seguintes processos:

- 01) Processo nº 940012006-00**
Responsável: Antonio Saraiva Rabelo (falecido)
Origem: Prefeitura Municipal de Mãe do Rio
Assunto: Prestação de Contas
Exercício: 2006
Relator: Conselheiro Sérgio Leão
- 02) Processo nº 940012007-00**
Responsável: Antonio Saraiva Rabelo (falecido)
Origem: Prefeitura Municipal de Mãe do Rio
Assunto: Prestação de Contas
Exercício: 2007
Relator: Conselheiro Sérgio Leão
- 03) Processo nº 940012008-00**
Responsável: Antonio Saraiva Rabelo (falecido)
Origem: Prefeitura Municipal de Mãe do Rio
Assunto: Prestação de Contas
Exercício: 2008
Relator: Conselheiro Sérgio Leão
- 04) Processo nº 730012000-00**
Responsável: Raimundo Celso Rodrigues da Cruz
Origem: Prefeitura Municipal de Santo Antonio do Tauá
Assunto: Prestação de Contas
Exercício: 2000
Relator: Auditora Márcia Costa (Processo redistribuído do



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS


RESOLUÇÃO Nº 11.611

Processo : 201413752-00
Origem : Câmara Municipal de Viseu
Assunto : Consulta
Responsável : Isaias José Silva Oliveira Neto
Relator : Cons. Daniel Lavareda

EMENTA: Consulta. C.M. de Viseu. Qual o limite a ser fixado para subsídios do Presidente; se a Câmara pode editar Resolução retificadora da Resolução nº003/12, fixado em parcela única o subsídio do Presidente para o restante do quadriênio; e, se os valores já pagos ao Presidente podem ser ratificados pela resolução retificadora. Pela aprovação. Conversão da resposta à consulta, em Instrução Normativa, nos termos do Regimento Interno.

RESOLVEM os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, por votação unânime, de conformidade com a ata da sessão e nos termos do relatório e voto do Conselheiro Relator às fls. 14 a 21, que passam a integrar esta decisão, em aprovar a consulta e converter a resposta em Instrução Normativa, para vinculação e orientação ampla, nos termos do Regimento Interno.

Sala das sessões do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, 25 de Setembro de 2014.


Conselheiro José Carlos Araújo
Presidente da Sessão


Conselheiro Daniel Lavareda
Relator

Presentes: Conselheiros Aloísio Chaves, Mara Lúcia, Cezar Colares, Antônio José, Sérgio Leão e a Procuradora Maria Regina Cunha.



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS
5º CONTROLADORIA/CONSELHEIRO DANIEL LAVAREDA REIS

RESOLUÇÃO : 11 - 6 : 1
PROCESSO Nº : 201413752-00
ASSUNTO : CONSULTA
ÓRGÃO : CÂMARA MUNICIPAL DE VISEU
INTERESSADO : ISAIAS JOSÉ SILVA OLIVEIRA NETO
ASSUNTO: SUBSÍDIO DIFERENCIADO AO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL
INSTRUÇÃO : DAM

RELATÓRIO

Isaias José Silva Oliveira Neto, Vereador da Câmara Municipal de Viseu, encaminhou CONSULTA TÉCNICA (fls. 01/02) a esta Corte de Contas em 18/08/2014, com amparo no art. 1º, inciso XVI, da Lei Complementar nº 084/2012, onde suscita os seguintes questionamentos:

- a) Qual o limite a ser fixado para subsídio do presidente da Câmara municipal?
- b) Considerando a decisão exarada no processo nº 201218796-00, a Câmara pode editar Resolução retificadora da Resolução nº 003/2012, fixado em parcela única o subsídio do presidente para o restante do quadriênio?
- c) Os valores já pago ao presidente podem ser ratificados pela resolução retificadora?

Em conformidade com o art. 300, § 4º, do RITCM/PA (Ato nº 16/2013), determinei ao DAM a elaboração de análise técnica, com vistas a elaboração de parecer e juntada de eventuais precedentes desta Corte de Contas, que atendessem a solicitação sob análise, a qual foi tempestivamente elaborada e juntada aos autos, via Parecer nº 015/2014 (fls. 04/11), que torno parte integrante do presente relatório:

PARECER

Após a Emenda Constitucional n.º 19/98, os agentes políticos passaram a receber em regime de subsídio, segundo o § 4º do artigo 39 da CF/88:

§ 4º O membro de Poder, o detentor de mandato eletivo, os Ministros de Estado e os Secretários Estaduais e Municipais serão remunerados exclusivamente por subsídio fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória, obedecido, em qualquer caso, o disposto no art. 37, X e XI.

Assim, entende-se por subsídio o estipêndio fixado em parcela única, sendo vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória.

Entretanto, há no âmbito do Poder Legislativo, situação singular no que tange à remuneração do Presidente da Casa Legislativa, por ocupar posição de maior responsabilidade ao representar o Poder e deter atribuições como a de ordenar a despesa.

Neste sentido, muitos Tribunais de Contas aceitam e orientam a percepção diferenciada de subsídio ao



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS
5ª CONTROLADORIA/CONSELHEIRO DANIEL LAVAREDA REIS

RESOLUÇÃO : 11 - 611
PROCESSO Nº : 201413752-00
ASSUNTO : CONSULTA
ÓRGÃO : CÂMARA MUNICIPAL DE VISEU
INTERESSADO : ISALAS JOSÉ SILVA OLIVEIRA NETO
ASSUNTO: SUBSÍDIO DIFERENCIADO AO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL
INSTRUÇÃO : DAM

Presidente do Poder Legislativo, desde que se observem os limites legais e constitucionais.

Este Tribunal de Contas disciplinou a matéria na Orientação Técnica TCM/PA nº 01/2012:

"3.1. Parcela Única Diferenciada

A regra do subsídio é que seja em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória. Admite-se, entretanto, exclusivamente, para o Presidente da Câmara Municipal a fixação de subsídio em parcela única diferenciada, ou seja, superior a dos demais vereadores, desde que respeitados os limites constitucionais e aos determinados pela Lei de Responsabilidade Fiscal. A fixação expressará valores absolutos, em moeda corrente, vedada a vinculação de qualquer natureza."

Neste sentido, outros Tribunais de Contas se manifestam:

a) Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina no Prejulgado 1275 (Cartilha Final de Mandato)

"A lei que fixa o subsídio dos Vereadores pode prever uma parcela adicional, de caráter indenizatório, assim expreso na lei, exclusivamente para o Presidente da Câmara Municipal, justificado pelas suas atribuições específicas do cargo, que envolvem a representação judicial e extrajudicial do Poder Legislativo, representação em solenidades e eventos oficiais, funções de administração do parlamento" (Prejulgado no 1275, do TCE/SC). Grifo nosso

b) Tribunal de Contas do Estado de São Paulo no manual O Tribunal e a Gestão Financeira das Câmaras de Vereadores 2012:

"3.4.1. Limite ao Subsídio do Presidente da Câmara de Vereadores

Este Tribunal, em junho de 2003, deliberou que o subsídio do Presidente da Câmara pode ser maior que o dos demais Vereadores, desde que submetido ao limite constitucional para os agentes políticos do Legislativo Municipal (TC 18801/026/01).

Aqui, é preciso ver que o dirigente legislativo também desempenha todas as funções do mandato para o qual foi eleito: o de Vereador; nesta condição de parlamentar local, recebe seu subsídio, de forma limitada e, ao se beneficiar de adicional que resulta superação do teto, restaria afrontado o princípio do subsídio em parcela única (art. 39, § 4º da CF).

De se observar que o Chefe do Legislativo, em boa parte dos casos, também usufrui vantagens de representação, tais como viatura, combustível, despesas de viagem, refeições, custeio de gabinete relativamente mais alentado, gastos com telefonia móvel, entre várias outras vantagens que nada têm de remuneratórias." Grifo nosso

c) Tribunal de Contas do Estado do Paraná na IN nº 72/2012:

Art. 14. É facultada a fixação de subsídio diferenciado para as funções de Presidente do Legislativo e de Membros da Mesa Executiva (ou Secretários), cuja análise da validade das despesas segue os mesmos critérios relacionados no art. 12, exceto o



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS
5ª CONTROLADORIA/CONSELHEIRO DANIEL LAVAREDA REIS

RESOLUÇÃO : 11 - 6 1 1
PROCESSO Nº : 201413752-00
ASSUNTO : CONSULTA
ÓRGÃO : CÂMARA MUNICIPAL DE VISEU
INTERESSADO : ISAIAS JOSÉ SILVA OLIVEIRA NETO
ASSUNTO: SUBSÍDIO DIFERENCIADO AO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL
INSTRUÇÃO : DAM
contido no inciso VIII do mesmo artigo.

(...)

Art. 21. O valor do subsídio pelo exercício de atribuições diferenciadas de Presidente e de Membro da Mesa Executiva do Poder Legislativo, não se vincula ao limite estabelecido em razão do subsídio do deputado estadual (art. 29, VI, CF), nem à verba sob o mesmo título percebida pelo Presidente da Assembléia Legislativa. Grifo nosso

d) Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo na IN nº 026/2010:

Art. 3º. Para o Presidente de Câmara Municipal poderá ser fixado subsídio diferenciado, em razão do exercício das funções representativa e administrativa, observados, contudo, os limites constitucionais e legais.

2.1 Limites ao subsídio do Presidente da Câmara Municipal

A Orientação Técnica TCM/PA nº 01/2012 enumera os limites constitucionais e legais que estão submetidos os subsídios dos Vereadores:

“10. Limites Constitucionais

10.1. Subsídio Mensal do Prefeito (art. 37, XI da Constituição Federal):

A remuneração de servidores e subsídios dos agentes políticos municipais não poderá exceder o subsídio do Prefeito.

O subsídio do Prefeito, por sua vez, não pode superar o subsídio mensal dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, CF), podendo, contudo, o Estado, mediante emenda à sua própria Constituição, fixar no âmbito de seu território, como limite único, o subsídio mensal dos Desembargadores do respectivo Tribunal de Justiça, restrito isso a 90,25% do subsídio mensal dos Ministros do Supremo Tribunal Federal (Artigo 37, § 12, CF).

10.2. Subsídio dos Deputados Estaduais (art. 29, VI da Constituição Federal):

Os valores fixados para os Vereadores deverão observar os percentuais máximos de 20%, 30%, 40%, 50%, 60% ou 75% estabelecidos em relação ao subsídio dos Deputados Estaduais, e cujo parâmetro assenta-se no número de habitantes do município, conforme abaixo discriminado :

HABITANTES	EM RELAÇÃO AO DEPUTADO ESTADUAL
ATÉ 10.000	20%
DE 10.000 ATÉ 50.000	30%
DE 50.000 ATÉ 100.000	40%
DE 100.000 ATÉ 300.000	50%
DE 300.000 ATÉ 500.000	60%
ACIMA DE 500.000	75%

10.3. Receita do Município (art. 29, VII da constituição Federal)



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS
5ª CONTROLADORIA/CONSELHEIRO DANIEL LAVAREDA REIS

RESOLUÇÃO : 11 - 611
PROCESSO N° : 201413752-00
ASSUNTO : CONSULTA
ÓRGÃO : CÂMARA MUNICIPAL DE VISEU
INTERESSADO : ISAIAS JOSÉ SILVA OLIVEIRA NETO
ASSUNTO: SUBSÍDIO DIFERENCIADO AO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL
INSTRUÇÃO : DAM

O total das despesas com subsídios dos vereadores não poderá ultrapassar 5% da receita do município.

10.4. Gastos Totais do Poder Legislativo (art. 29-A da Constituição Federal):

O total das despesas do Legislativo, em decorrência da EC nº 58/2009, tiveram os limites máximos reduzidos, os quais incidirão sobre a base de cálculo anteriormente explicitada, ou seja, receita tributária e transferências, em conformidade com a faixa de habitantes do município, assim discriminado:

População (Nº de Habitantes)	PERCENTUAL
até 100.000	7% (sete por cento)
entre 100.000 e 300.000	6% (seis por cento)
entre 300.001 e 500.000	5% (cinco por cento)
entre 500.001 e 3.000.000	4,5% (quatro inteiros e cinco décimos por cento)
entre 3.000.001 e 8.000.000	4% (quatro por cento)
acima de 8.000.001	3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento)

10.5. Gastos com Folha de Pagamento do Poder Legislativo (art. 29, § 1º da Constituição Federal)

A Câmara Municipal não gastará mais de 70% de sua receita com folha de pagamento, incluído o gasto de subsídio de vereadores, contratação por tempo determinado e despesas com terceiros em substituição de mão-de-obra.

Na apuração dos gastos, excluem-se os encargos previdenciários, e abstrai as despesas com inativos e pensionistas (art. 29-A, caput, da CF/88).

11. Gastos com Pessoal da LRF

11.1 Executivo

Os subsídios do Executivo são também incorporados às despesas de pessoal e são limitados a 54% (cinquenta e quatro por cento) da Receita Corrente Líquida do Município, na forma do artigo 20, III, b, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

11.2 Legislativo

O Poder Legislativo Municipal está limitado a 6% (seis por cento) da Receita Corrente Líquida - RCL nos gastos com a sua despesa com pessoal.

11.3 Restrições



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS
5ª CONTROLADORIA/CONSELHEIRO DANIEL LAVAREDA REIS

RESOLUÇÃO : 11 - 611
PROCESSO Nº : 201413752-00
ASSUNTO : CONSULTA
ÓRGÃO : CÂMARA MUNICIPAL DE VISEU
INTERESSADO : ISAIAS JOSÉ SILVA OLIVEIRA NETO
ASSUNTO: SUBSÍDIO DIFERENCIADO AO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL
INSTRUÇÃO : DAM

Caso venham a ultrapassar esses limites e o prudencial (95% da RCL) estarão sujeito as restrições do parágrafo único do art. 22 e 23 da LRF, os quais excepcionam a Revisão Geral Anual."

2.2 Possibilidades de alteração do subsídio no período da legislatura

O artigo 29 da Constituição Federal estabelece que "VI - o subsídio dos Vereadores será fixado pelas respectivas Câmaras Municipais em cada legislatura para a subsequente, observado o que dispõe esta Constituição, observados os critérios estabelecidos na respectiva Lei Orgânica e os seguintes limites máximos:", assim, a Carta Maior de 1988 primou pelos princípios da anterioridade, da moralidade e da impessoalidade, não permitindo que os legisladores legislassem em causa própria.

A Orientação Técnica TCM/PA/01/2012 ressalta que somente é permitido aos agentes políticos a alteração constitucional do artigo 37, inciso X:

"8. Alteração do Subsídio

A alteração do subsídio dos agentes políticos municipais, no curso da legislatura, somente ocorrerá na hipótese de Revisão Geral Anual.

Aqui cabe distinguir Revisão e Reajuste. Revisão é reposição das perdas inflacionárias. Reajuste corresponde a um ganho real sobre o vencimento dos servidores, em percentual acima da inflação acumulada em 12 meses.

Agentes políticos somente podem ter seus subsídios majorados através de Revisão, na mesma data e com o mesmo índice que for concedido aos servidores da Câmara Municipal (art. 37, X da Constituição Federal).

Servidores podem receber revisão sem que necessariamente os agentes políticos a recebam. Porém, agente político só a recebe se for concedida aos servidores.

Por sua vez, reajuste é exclusivo de servidores. Nunca extensivo a agentes políticos, por absoluta falta de autorização constitucional para tanto."

Desta forma, ocorrerá somente a recomposição das perdas inflacionárias (correção monetária por índice inflacionário oficial) dos subsídios, observando-se os tetos remuneratórios aplicáveis.

É o Ato Fixador que deve especificar qual o índice inflacionário.

Da Conclusão

Embora, o § 4º do artigo 39 da CF/88 vete terminantemente qualquer adicional aos detentores de mandato eletivo não importando o cargo ou função que ocupem no mandato; o entendimento de vários Tribunais de Contas aceitam a diferenciação no pagamento dos subsídios do Chefe do Poder Legislativo "regime diferenciado de subsídio" ou "verba indenizatória", porém, como cita o Advogado João Batista de Triunfo/PE em defesa que fez à IN 029/2010 do Tribunal de Contas do Espírito Santo, que cita:

"a verba de representação do Presidente da Câmara, ao contrário da afirmação da notícia, não possui natureza polêmica, está bastante pacificada a sua legalidade



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS
5ª CONTROLADORIA/CONSELHEIRO DANIEL LAVAREDA REIS

RESOLUÇÃO : 11 - 6 : 1
PROCESSO Nº : 201413752-00
ASSUNTO : CONSULTA
ÓRGÃO : CÂMARA MUNICIPAL DE VISEU
INTERESSADO : ISAIAS JOSÉ SILVA OLIVEIRA NETO
ASSUNTO: SUBSÍDIO DIFERENCIADO AO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL
INSTRUÇÃO : DAM

*inclusive em julgados das Cortes Superiores; é verba a que faz jus os chefes de todos os Poderes, inclusive os Presidentes de Tribunais de Justiça e dos Tribunais de Contas."*¹
E, em concordância com a Orientação Técnica TCM/PA nº 01/2012 já editada por esta Casa, é pacífico o direito ao subsídio diferenciado para os Presidentes do Legislativo Municipal.

E o limite para este acréscimo diferenciado é facultado à Câmara Municipal que através da mesma Resolução, que fixa o subsídio para cada parlamentar, fixará também o subsídio diferenciado ao Presidente do Poder Legislativo Municipal.

Qualquer alteração de subsídios de Vereadores somente poderá acontecer através da Revisão Geral Anual, atendendo os requisitos do artigo 37, inciso X da Constituição Federal, não sendo permitida qualquer medida que contrarie o citado.

Não havendo amparo legal para a emissão de Resolução Retificadora no decorrer do mandato legislativo qualquer valor que tenha sido pago sem o amparo do Ato fixador dos subsídios é, portanto, ilegal, conforme prevê o artigo 29, inciso VI da CF/88.

Belém, 04 de setembro de 2014.

Rejane Gomes dos Santos
Analista de Controle Externo/DAM/TCM

É o relatório

¹ Trata-se de debate aberto em torno da publicação da IN 29/2010



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS
5º CONTROLADORIA/CONSELHEIRO DANIEL LAVAREDA REIS

RESOLUÇÃO : 11 - 6 1 1
PROCESSO Nº : 201413752-00
ASSUNTO : CONSULTA
ÓRGÃO : CÂMARA MUNICIPAL DE VISEU
INTERESSADO : ISAIAS JOSÉ SILVA OLIVEIRA NETO
ASSUNTO: SUBSÍDIO DIFERENCIADO AO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL
INSTRUÇÃO : DAM

Voto

Preliminarmente, cumpre analisar a regularidade da presente consulta, integral a qual se confirma, dado o atendimento das formalidades insculpidas no artigo 1º, inciso XVI, da LC nº 084/2012, tendo sido formulada em tese por autoridade competente e suscitada em dúvida na aplicação de dispositivos legais, de competência fiscalizatória deste TCM-PA, pelo que passo a análise de mérito da mesma, tal como interposta.

Acompanho, na integralidade e adoto como resposta ao consulente o **Parecer nº 15/2014/DAM/TCM**, elaborado pelo órgão técnico deste TCM/PA, trazendo, ainda, com vistas à formulação de uma resposta mais didática ao jurisdicionado, o seguinte detalhamentos:

a) Embora, o § 4º do artigo 39 da CF/88 vede terminantemente qualquer adicional aos detentores de mandato eletivo não importando o cargo ou função que ocupem no mandato; o entendimento de vários Tribunais de Contas aceitam a diferenciação no pagamento dos subsídios do Chefe do Poder Legislativo “regime diferenciado de subsídio” ou “verba indenizatória”.

E, em concordância com a Orientação Técnica TCM/PA nº 01/2012 já editada por esta Casa, é pacífico o direito ao subsídio diferenciado para os Presidentes do Legislativo Municipal.

E o limite para este acréscimo diferenciado é facultado à Câmara Municipal que através da mesma Resolução, que fixa o subsídio para cada parlamentar, fixará também o subsídio diferenciado ao Presidente do Poder Legislativo Municipal, não podendo entretanto, exceder aos limites constitucionais e legais que estão submetidos os subsídios dos Vereadores, consignados nos arts. 29, VI e 37, XI da Constituição Federal.

b) Qualquer alteração de subsídios de Vereadores somente poderá acontecer através da Revisão Geral Anual, atendendo os requisitos do artigo 37, inciso X da Constituição Federal, não sendo permitida qualquer medida que contrarie o citado.

c) Não havendo amparo legal para a emissão de Resolução Retificadora no decorrer do



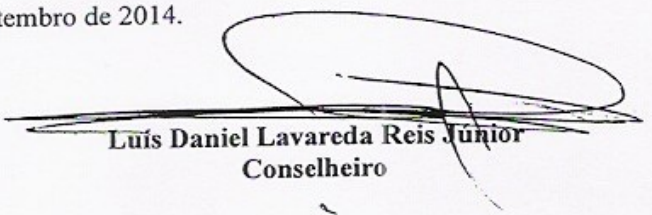
ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS
5ª CONTROLADORIA/CONSELHEIRO DANIEL LAVAREDA REIS

RESOLUÇÃO : 11 - 611
PROCESSO Nº : 201413752-00
ASSUNTO : CONSULTA
ÓRGÃO : CÂMARA MUNICIPAL DE VISEU
INTERESSADO : ISAIAS JOSÉ SILVA OLIVEIRA NETO
ASSUNTO: SUBSÍDIO DIFERENCIADO AO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL
INSTRUÇÃO : DAM

mandato legislativo qualquer valor que tenha sido pago sem o amparo do Ato fixador dos subsídios é, portanto, ilegal, conforme prevê o artigo 29, inciso VI da CF/88.

Esta é a resposta à consulta formulada, que submeto à deliberação do Egrégio Plenário.

Belém, 25 de setembro de 2014.



Luís Daniel Lavareda Reis Júnior
Conselheiro



PREJULGADO DE TESE Nº 017, de 25 de setembro de 2014.

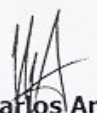
RESOLUÇÃO Nº 11.611

Processo nº 201413752-00

EMENTA: CONSULTA. C. M. DE VISEU. QUAL O LIMITE A SER FIXADO PARA SUBSÍDIOS DO PRESIDENTE; SE A CÂMARA PODE EDITAR RESOLUÇÃO RETIFICADORA DA RESOLUÇÃO Nº 003/12, FIXADO EM PARCELA ÚNICA O SUBSÍDIO DO PRESIDENTE PARA O RESTANTE DO QUADRIÊNIO; E, SE OS VALORES JÁ PAGOS AO PRESIDENTE PODEM SER RATIFICADOS PELA RESOLUÇÃO RETIFICADORA. PELA APROVAÇÃO. CONVERSÃO DA RESPOSTA À CONSULTA EM INSTRUÇÃO NORMATIVA, NOS TERMOS DO REGIMENTO INTERNO DO TCM.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos que tratam de **CONSULTA**, formulada em tese, por autoridade competente, acordam os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, **à unanimidade**, em aprovar a resposta à Consulta, nos termos da Ata da Sessão e do Relatório e Voto do Conselheiro Relator às **fls. 14-21** e nos termos da Resolução prolatada, que passa a integrar esta decisão. Conversão da resposta à Consulta, em Instrução Normativa, para vinculação e orientação ampla, nos termos do Regimento Interno.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em **25 de setembro de 2014**.


Conselheiro **José Carlos Araújo**
Presidente da Sessão


Conselheiro **Daniel Lavareda**
Relator

Presentes: Conselheiros, Aloísio Chaves, Mara Lúcia, Cezar Colares, Antonio José, Sérgio Leão e a Procuradora Maria Regina Cunha.